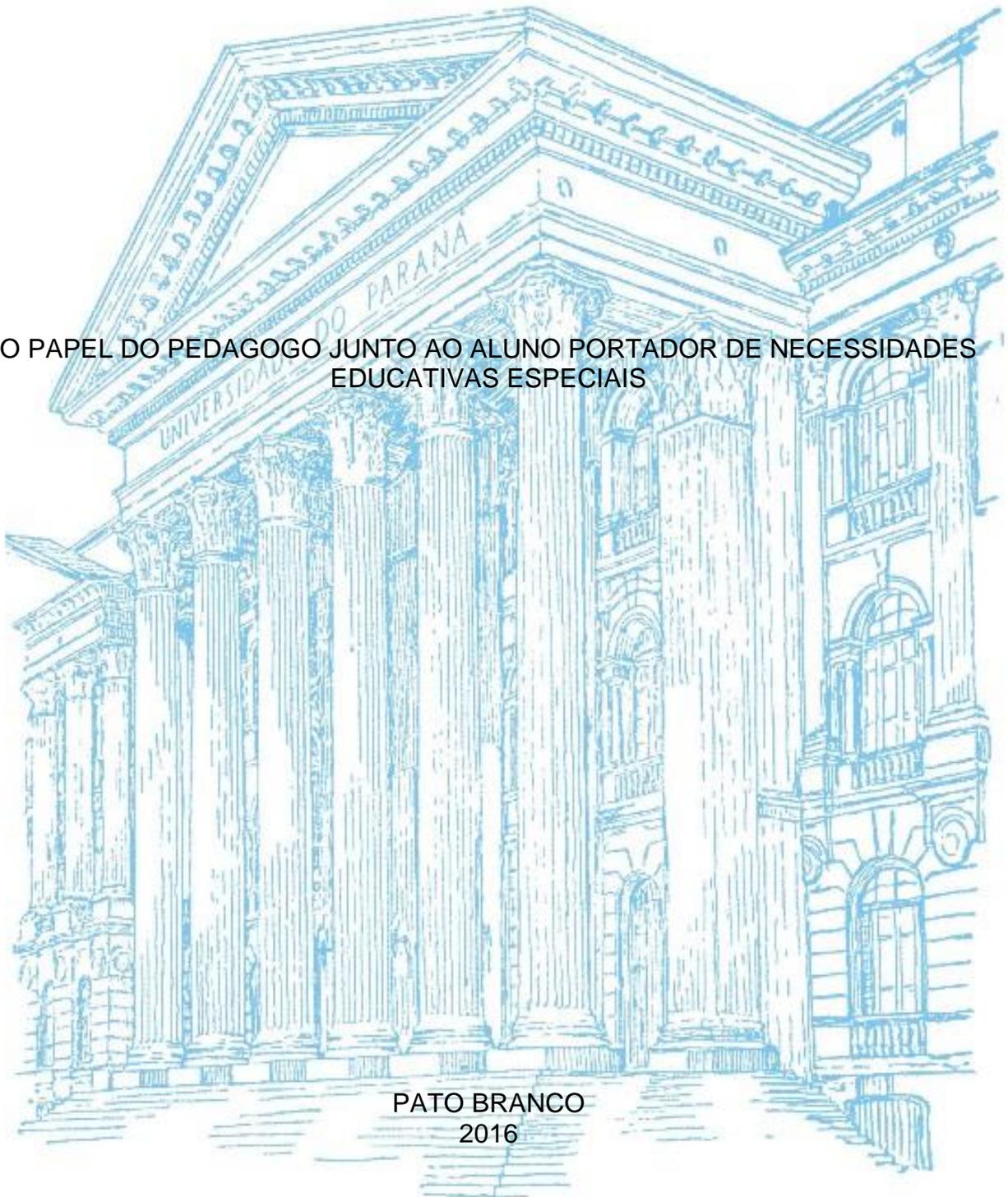


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SIBELI BORGES

O PAPEL DO PEDAGOGO JUNTO AO ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS



PATO BRANCO
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

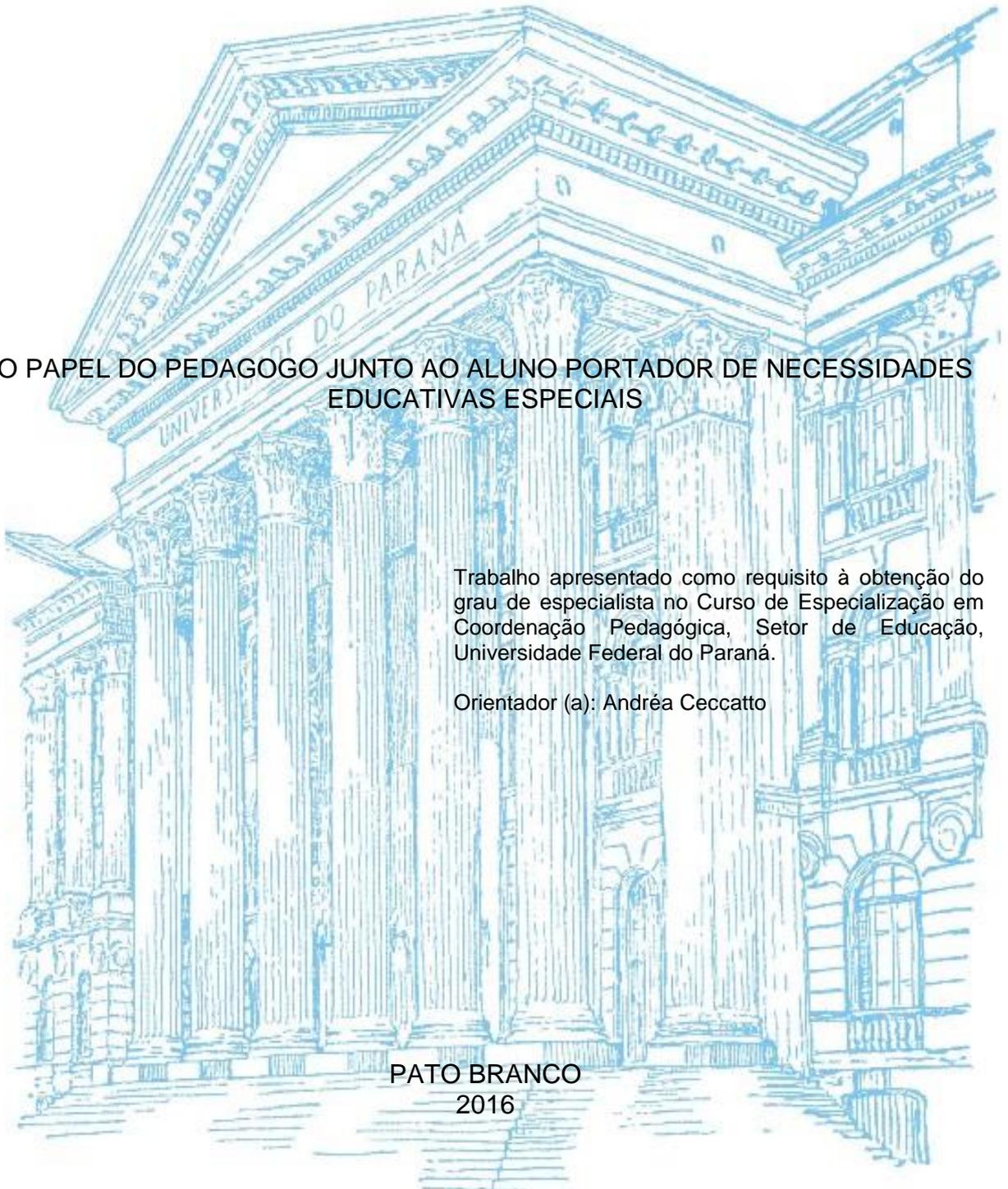
SIBELI BORGES

O PAPEL DO PEDAGOGO JUNTO AO ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Andréa Ceccatto

PATO BRANCO
2016



O PAPEL DO PEDAGOGO JUNTO AO ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

BORGES, SIBELI *

RESUMO

O presente trabalho provoca uma análise reflexiva a respeito das intervenções pedagógicas do pedagogo e da escola frente à alunos especiais, levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos, livros e artigos. A Inclusão Escolar é um tema bastante instigador, pois não é algo comum e universal no cotidiano social e escolar encontrando-se ainda distante enquanto uma ação natural, eficaz e duradoura. A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências, seus familiares e escolas especializadas na busca de seus direitos e lugar na sociedade. Diante disso, o objetivo, é estudar os aspectos importantes da inclusão escolar destacando a importância do pedagogo no processo da inclusão, analisando os recursos teóricos, metodológicos, verificando também o papel do professor e da escola neste processo. O trabalho, dividido em três capítulos, aborda primeiramente aspectos históricos da deficiência no Brasil, bem como do atendimento das pessoas com deficiência e ainda trata a respeito da inclusão escolar. No segundo capítulo aborda a respeito do pedagogo, sua função, sua formação e suas responsabilidades no meio escolar. No terceiro e último capítulo, foi realizado um estudo acerca do pedagogo e o aluno especial, o seu relacionamento, a forma com que o se relacionam e o papel da escola e do professor no processo de inclusão. Foi possível verificar que os pedagogos estão cientes e comprometidos com a inclusão de pessoas com necessidades especiais e que a ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pedagogo. Necessidades Especiais Escolares.

* Artigo produzido pela aluna Sibeli Borges, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora _____ . E-mail:

INTRODUÇÃO

Falar em inclusão ainda não é algo comum e universal no cotidiano social e escolar. Infelizmente esta ação encontra-se distante de ocorrer naturalmente e, principalmente, de maneira eficaz e verdadeira. Em uma sociedade cujo preconceito é algo que acompanha a humanidade há séculos, não apenas contra as pessoas como deficiência, mas também contra pobres, negros, religiosos, entre outros. É preciso que a humanidade quebre seu tabu e passa a valorizar as pessoas como ser humano que é independente de sua cultura.

A partir do momento em que a sociedade e cada ser humano sentir a real importância de incluir, respeitando de coração as diferenças, e dando-se conta que ser diferente em qualquer aspecto é algo significativamente normal, natural da humanidade, será possível construir uma sociedade igualitária, sem preconceitos e primordialmente para todos serem dignos de ir e vir com a cabeça erguida.

Diante disso, o objetivo, é estudar os aspectos importantes da inclusão escolar destacando a importância do pedagogo no processo da inclusão, analisando os recursos teóricos, metodológicos, verificando também o papel do professor e da escola neste processo.

O trabalho, dividido em três capítulos, onde aborda primeiramente aspectos históricos da deficiência no Brasil, bem como do atendimento das pessoas com deficiência e ainda trata a respeito da inclusão escolar, tecendo considerações sobre o portador de necessidades especiais educativas na escola.

No segundo capítulo aborda a respeito do pedagogo, seu percurso histórico, sua função perante os alunos, sua formação e suas responsabilidades no meio escolar.

No terceiro e último capítulo, foi realizado um estudo bibliográfico acerca do pedagogo e o aluno especial, o seu relacionamento, a forma com que o se relacionam e o papel da escola e do professor no processo de inclusão.

Foi possível verificar que os pedagogos estão cientes e comprometidos com a inclusão de pessoas com necessidades especiais e que a ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

1. HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Os males incapacitantes dos dias atuais sempre se fizeram presentes no mundo, desde os primeiros dias do homem na Terra. Todavia, por muitos milênios foram fatais devido à falta de recursos no seio das populações primitivas.

É impossível citar com exatidão quais foram todas as doenças que deterioravam a vida do homem pré-histórico, porém é válido expor alguns males que sempre foram e sempre serão muito sérios no que diz respeito à integração do homem como elemento participante ao seu grupo ou sociedade.

Os elementos como as amputações em vários níveis e membros, as artrites em suas várias caracterizações, a cegueira ou limitações de visão, os defeitos de nascimento ou malformações, a surdez ou reduções graves de audição, afasia ou problemas de comunicação oral, desordens sanguíneas graves, os problemas cerebrais, câncer nas muitas de suas caracterizações, queimaduras em vários graus e localizações, desordens cardíacas de gravidades diversas, paralisia cerebral de intensidades diversas, fibrose cística, problemas de abuso de medicamentos ou de álcool, epilepsia, diabete, problemas renais, doenças mentais das mais variadas intensidades, deficiências mentais nos variados graus, esclerose múltipla, distrofia muscular, desordens neurológicas diversas, fraturas e problemas ortopédicos os mais variados, problemas respiratórios e/ou pulmonares, paralisias, doenças venéreas, fissuras labiopalatais, síndromes incapacitantes diversas, hanseníase, paralisia infantil, incapacidades múltiplas, doenças crônicas, doenças dermatológicas transmissíveis e idade avançada (SILVA, 1987).

Há milhares de anos o homem vivia desprotegido, habitando ambientes hostis de pedras ou cavernas, exposto a invernos rigorosos, animais selvagens e aos perigos da selva, onde pessoas com alguma deficiência ou doenças não tinham atendimento apropriado. Em diferentes épocas, ou em épocas iguais e lugares diferentes a forma da sociedade lidar com pessoas com deficiências é bastante diversificada, a única singularidade é que estas pessoas sempre existiram.

Segundo Silva (1987), na Grécia antiga havia-se o costume de lançar em precipícios crianças que apresentassem alguma deficiência, em Esparta ao nascer um bebê este era apresentado ao Conselho Espartano que decretava se a criança era sadia e forte ou apresentava alguma anomalia, no primeiro caso retornaria com seus pais e quando tivesse sete anos de idade seria responsabilidade do Estado

que o tornaria guerreiro e no segundo caso para seu próprio bem e da sociedade seria exterminado.

Na era do Cristianismo as pessoas com deficiências passam a ser vistas e tratadas pela sociedade com um pouco mais de dignidade, os princípios de caridade e amor ao próximo, contribuíram, em particular a partir do século IV para criação de hospitais voltados para o atendimento de pessoas pobres, doentes e com algum tipo de deficiência (SILVA, 1987).

Na Idade Média, entre os séculos V e XV, as pessoas com deficiências na maioria das vezes eram controlados e mantidos por senhores feudais. As referências históricas enfatizam, porém, o predomínio de concepções místicas, mágicas e misteriosas sobre a população com deficiência. O crescimento dos aglomerados urbanos ao longo desse período propiciou dificuldades para a manutenção de patamares aceitáveis de higiene e saúde. Durante muitos séculos, os habitantes das cidades medievais viveram sob a permanente ameaça das epidemias ou doenças mais sérias (SILVA, 1987).

As incapacidades físicas, os problemas mentais e as malformações congênitas eram considerados, na maioria dos casos, como sinais da ira divina, taxados como “castigo de Deus”. A própria Igreja Católica adota comportamentos discriminatórios e de perseguição, substituindo a caridade pela rejeição àqueles que fugiam de um “padrão de normalidade”, seja pelo aspecto físico ou por defenderem crenças alternativas. No final do século XV, a questão das pessoas com deficiência estava completamente integrada ao contexto de pobreza e marginalidade em que se encontrava grande parte da população, não só os deficientes. Com certeza exemplos de caridade e solidariedade para com eles também existiram durante a Idade Média, mas as referências gerais desta época situam pessoas com deformidades físicas, sensoriais ou mentais na camada de excluídos, pobres, enfermos ou mendigos (SILVA, 1987).

Silva (1987) relata ainda que o período Renascentista não resolveu a situação da deficiência, porém sem dúvida, ele marca uma fase mais esclarecida da humanidade e das sociedades em geral, com o advento de direitos reconhecidos como universais, a partir de uma filosofia humanista e com o avanço da ciência.

Entre os séculos XV e XVII, no mundo europeu cristão, ocorreu uma paulatina e inquestionável mudança sociocultural, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a

dogmas e credences típicas da Idade Média. O homem deixou de ser um escravo dos poderes naturais ou da ira divina. Esse novo modo de pensar, revolucionário sob muitos aspectos, mudaria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, dos marginalizados. E dentre eles, sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais (SILVA, 1987).

No decorrer dos séculos XVI e XVII, em diferentes países europeus, foram sendo construídos locais de atendimento específico para pessoas com deficiência, fora dos tradicionais abrigos ou asilos para pobres e velhos. A despeito das malformações físicas ou limitações sensoriais, essas pessoas, de maneira esporádica e ainda tímida, começaram a ser valorizadas enquanto seres humanos. (SILVA, 1987).

Iniciando o século XIX, é interessante registrar a forma como o tema das pessoas com deficiência era tratado nos Estados Unidos da América (EUA), neste país, já em 1811, foram tomadas providências para garantir moradia e alimentação a marinheiros ou fuzileiros navais que viessem a adquirir limitações físicas. Assim, desde cedo, estabeleceu-se uma atenção específica para pessoas com deficiência nos EUA, em especial para os veteranos de guerras ou outros conflitos militares. Depois da Guerra Civil norte-americana, foi construído, na Filadélfia, em 1867, o Lar Nacional para Soldados Voluntários Deficientes, que posteriormente teria outras unidades (SILVA, 1897).

Ao longo do século XX a assistência e a qualidade do tratamento dado para pessoas com deficiência como para população em geral tiveram um substancial avanço. No caso das pessoas com deficiência, e ao elevado número de pessoas com sequelas de guerra exigiu que variadas medidas fossem tomadas. A atenção às crianças com deficiência também aumentou, com o desenvolvimento de especialidades e programas de reabilitação específicos (SILVA, 1987).

1.1 HISTÓRICO DO ATENDIMENTO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

A criança que nasce ou adquire uma necessidade especial representa o desconhecido, independentemente do grau de comprometimento. Os pais sentem-se incompetentes, atemorizados até pela ideia de criar e educar um filho especial.

Conhecendo, portanto, as etapas e a maneira como se dá o desenvolvimento normal, fica muito mais fácil interagir com a criança especial, para tentar otimizar seu progresso (PUPO FILHO, 2003).

Ao abordar o desenvolvimento humano Bock, Furtado e Teixeira (2008) colocam a deficiência, seja física ou intelectual, como um aspecto delicado e complexo. Os fatores que determinam esta deficiência podem ser genético, congênito (nasce assim) ou mesmo adquirido (fator externo, como queda, traumatismo ou período longo de subnutrição).

Segundo Pupo Filho, o desenvolvimento se atrasa por que:

Existem várias situações que podem levar a um desenvolvimento atrasado: fatores congênitos (genéticos e hereditários), ambientais, psicológicos, doenças adquiridas, entre outras. O atraso no desenvolvimento não é necessariamente patológico ou anormal. Prematuros, crianças muito tímidas ou aquelas muito desprovidas de estímulos podem se atrasar. Crianças superprotegidas, como são às vezes hemofílicos ou diabéticos, também podem apresentar esse problema. [...] Já as condições patológicas que podem levar a um atraso no desenvolvimento são muitas. O desenvolvimento pode estar comprometido, em maior ou menor grau, em várias situações congênitas, como síndromes genéticas. Ou, ainda, situações que levem à diminuição da oxigenação cerebral durante a gravidez e o período perinatal (antes, durante ou após o parto). [...] Os problemas no período perinatal, como partos difíceis, bebês prematuros, problemas relacionados à saúde materna e outras intercorrências podem levar ao aparecimento da paralisia cerebral e, conseqüentemente, a alterações no desenvolvimento (2003, p. 9).

Para o autor citado acima qualquer causa que leve a uma deficiência, seja mental, física ou sensorial, poderá primária ou secundariamente comprometer o desenvolvimento da criança. Outro extremo são as crianças superdotadas com altas habilidades, que também são especiais e precisam de orientação psicopedagógica.

Bock, Furtado e Teixeira descrevem que:

A dificuldade – para a criança e para os que convivem com ela – começa com o nascimento de um bebê diferente do “saudável” e “perfeito” esperado pelos pais. Isso pode levar inclusive, em alguns casos, a que os pais tenham dificuldade de reconhecer essa diferença e demorem para providenciar atendimento adequado, estimulação específica, procurar orientação de instituições competentes, ampliando desse modo os déficits de desenvolvimento (2008, p. 129).

Os problemas de aprendizados de origem mais comuns, segundo Papalia e Olds (2000) são três, a saber:

- O retardamento mental (funcionamento intelectual significativamente abaixo do normal);

- Os transtornos de déficit de atenção/hiperatividade (caracterizado por desatenção, impulsividade, baixa tolerância à frustração, tendência a distração e excessiva atividade em hora e lugares errados) e;

- As deficiências de aprendizagens (transtornos que interferem em aspectos específicos do desempenho escolar, inferior ao esperado conforme a idade, inteligência e o grau de escolaridade de uma criança).

As dificuldades de se lidar com essas crianças, adolescentes ou adultos, segundo Bock, Furtado e Teixeira (2008) acabam por se expressar em preconceitos, que criam condições adversas para o desenvolvimento possível e para o bem-estar da pessoa com alguma deficiência.

Para Pupo Filho:

Atualmente, uma nova forma de relacionamento da sociedade com as pessoas deficientes está ganhando força. É a inclusão, uma verdadeira revolução pacífica que transforma o deficiente em cidadão. A partir dela, cabe à sociedade abrir espaços, criar alternativas para que qualquer pessoa, com qualquer deficiência, possa conviver com os demais, nos mesmos locais e atividades das pessoas de sua idade, respeitada em suas limitações (2003, p.13).

Conhecendo as concepções de Vygotsky, a escola torna-se um lugar novo, onde se privilegia o contato social e torna os membros mediadores da cultura. Alunos e professores são parceiros nesta tarefa. O aluno jamais deve ser visto como alguém que não aprende ou que possui algo que dificulta a aprendizagem. Todos são responsáveis no processo e não há aprendizagem que não gere desenvolvimento, não há desenvolvimento que não leve a aprendizagem, portanto, aprender é estar com o outro.

Sendo assim, o professor torna-se fundamental, o colega um parceiro importante, o planejamento das atividades a tarefa essencial e a escola o lugar de construção (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

1.2 O PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA ESCOLA

O não reconhecimento da diversidade leva, muitas vezes, a exclusão de alunos, aprofundando ainda mais as desigualdades e as dificuldades educacionais, pois, em uma escola inclusiva a situação do aluno não deve ser enfatizada.

A escola tem sido marcada em sua organização por critérios seletivos que tem como base a concepção homogeneizadora do ensino, dentro da qual alguns

estudantes são rotulados. Esta concepção reflete um modelo caracterizado pela uniformidade na abordagem educacional do currículo, ou seja, uma aula, um conteúdo curricular e uma atividade para todos na sala de aula. Diante deste fato, o estudante que não se enquadra nesta abordagem permanece à margem da escolarização, fracassa na escola e é levada à evasão. Muitas vezes o estudante é rotulado ou classificado por suas diferenças educacionais é excluído ou encaminhado a especialistas de áreas distintas para receber atendimento especializado (BELISÁRIO FILHO, 1999).

O Atendimento Educacional Especializado, segundo Ropoli (2010) é uma das inovações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o qual visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, eliminando barreiras e efetivando a participação dos alunos.

Papalia e Olds citam que:

A experiência das crianças na escola afeta e é afetada por todos os aspectos de seu desenvolvimento – cognitivos, físicos, emocionais e sociais. Além das próprias características da criança, cada nível do contexto de suas vidas – desde a família imediata até o que acontece em sala de aula e as mensagens que recebem da cultura mais ampla (como “É careta ser inteligente”) – influencia seu desempenho na escola. (2000, p.269).

Ropoli (2010) relatam que o atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visa a autonomia deste, este atendimento é denominado de Sala de Recursos Multifuncional, o que faz parte do projeto político pedagógico da escola. Deve-se, portanto, esclarecer que são dois tipos de Sala de Recursos Multifuncional a Tipo I (atende alunos que apresentam deficiência Intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidade/superdotação) e a Tipo II (atende alunos com deficiência visual e auditiva).

De acordo com Fredegotto (1999), a filosofia do trabalho na sala de recursos está baseada no respeito as diferenças individuais, bem como no direito de cada um em ter oportunidades iguais, mediante o atendimento diferenciado.

Ropoli (2010, p. 17) salientam ainda que:

São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

Fredegotto deixam claro que:

Os serviços prestados nesta modalidade não devem ser confundidos com reforço escolar, nem com as atividades inerentes à orientação educacional, que estão mais voltadas à escola como um todo. Diferentemente, o professor de Sala de Recursos, habilitado para o trabalho com esse alunado, irá intervir como mediador utilizando recursos que atendam as necessidades de cada aluno, com vistas a favorecer-lhes o desenvolvimento global, o que é indispensável ao êxito nas atividades acadêmicas. Através desta mediação é que o quadro de insucesso pode ser revertido (1999, p.13).

Os alunos atendidos em Sala de Recursos Multifuncional são alunos com deficiência (impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial); alunos com transtornos globais do desenvolvimento (alterações qualitativas das interações sociais, interesse e atividades restrita, estereotipada e repetitiva, incluem-se autismo, síndrome do espectro autismo e psicose infantil); e alunos com altas habilidades/superdotação (potencial elevado, em qualquer área, isolada ou combinada: acadêmica, intelectual, liderança, psicomotricidade e artes, e grande criatividade, envolvimento e realização de tarefas em áreas de interesse). (ROPOLI 2010).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Brasil (2004, p. 33), no artigo 59, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A organização do Atendimento Educacional Especializado, segundo Ropoli (2010) deve considerar as peculiaridades de cada aluno. Antes de só olhar a deficiência, deve-se olhar a pessoa, sua história, sua individualidade, seus desejos e diferenças. Não existe um manual, cada aluno terá um tipo de recurso a ser utilizado, um plano de ação que garanta sua participação e aprendizagem em

atividades escolares. Quando tem-se um grupo com as mesmas necessidades, pode-se atender em pequenos grupos.

Segundo Gomes, Poulin e Figueiredo (2010) cabe ao professor especializado propor atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, deve ainda criar situações vivenciais que possibilitem o aluno organizar o seu pensamento. Esse atendimento deve ainda fundamentar em situações-problema para que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um problema.

2. O PEDAGOGO: PERCURSO HISTÓRICO

De acordo com o percurso histórico do pedagogo, percebe-se que este profissional nunca teve suas funções estabelecidas com precisão. Somente com o surgimento do curso de pedagogia na década de 1930 que houve a identidade estabelecida. “O termo Pedagogia, oriundo da Grécia Antiga, tem seu conceito construído por meio de tarefa escrava acoplada à morfologia da palavra que reflete o significado de mestre, preceptor, aquele que conduz a criança ao saber” (ALMEIDA, 2010).

Desde a sua criação no Brasil o curso tem dado ênfase a questões referentes à formação do pedagogo para atuar na educação formal, no sistema regular de ensino. O referido decreto universalizava o currículo dos cursos de pedagogia que tinham duração de três anos em caráter de bacharel para atuar como gestor educacional, popularmente reconhecido como técnico em educação, acoplado a mais um ano dedicado ao estudo da didática em caráter de licenciado com a função de lecionar nas séries iniciais do ensino fundamental e nas antigas Escolas Normais. Essa dualidade na formação acadêmica do pedagogo acarretou uma crise de identidade, quanto ao seu campo de atuação. Mesmo sendo regulamentado várias vezes, o curso apresentava pouca flexibilidade no currículo mínimo, fato que contribuía para restrição do campo de atuação do pedagogo (ALMEIDA, 2010, p. 132).

Desta forma, se observa que os cursos davam prioridade à formação do pedagogo para atuar em diversos níveis e modalidades de ensino e não em outros campos sociais, como se tem hoje.

O primeiro curso superior de formação de professores é criado em 1935, quando a Escola de Professores (como era chamada), foi incorporada à Universidade do Distrito Federal. Esta recém criada Faculdade de Educação passou a conceder “licença magistral” para aqueles que obtivessem na universidade “licença cultural”. (...) O curso desde seu início formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo os 3 anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da

educação. O curso de Didática, no 4o ano, destinado a todos os cursos de licenciatura, contava com as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao bacharel em Pedagogia bastava cursar as duas primeiras, pois o restante já estava contemplado no curso (FURLAN, 2008, p. 04).

A história da pedagogia como citada formou inúmeros profissionais que tiveram preparações gerais e específicas para os cursos de bacharéis e licenciaturas. Com o tempo, houve a necessidade de formação de profissionais para contemplar o sistema capitalista que estava estabelecido no Brasil nesta época.

Vale à pena citar que o período de 1960-1964, foi marcado pelo tecnicismo e a necessidade de se formar trabalhadores para o mercado capitalista, entre eles os profissionais da educação, atendendo ao apelo desenvolvimentista da época, visando dinamizar a economia do país, sendo essa etapa caracterizada como “[...] a etapa do capitalismo brasileiro dedicada aos investimentos em educação alicerçados no ideário tecnicista” (BRZEZINSKI, 1996, p. 58, apud FURLAN, 2008, p. 05).

Sendo assim, neste período ocorreu a preocupação de se formar indivíduos para o mercado de trabalho capitalista, onde, em primeira instância, houve a preocupação em preparar as pessoas para exercer as atividades práticas (braçal), sem a necessidade de se ensinar a pensar autonomamente. Com vistas sociais e econômicas, o pensamento e o ensino tecnicista tomam dimensões amplas e capazes de formar cidadãos para o mercado de trabalho.

Diante desta realidade, o educador viu-se obrigado a se posicionar criticamente para instigar os discentes a pensarem criticamente nas situações reais de convívio com os fatos aos quais eram deparados todos os dias. Neste sentido, Brzezinski (1996, apud FURLAN, 2008, p. 08) aponta que:

Os educadores passaram a partir da década de 80 a escrever sua própria história, não só pelo diálogo, mas também pelos conflitos, constituindo não apenas movimentos ou organizações, mas movimentos sociais que caminhavam rumo a “redemocratização”, de resistência ao autoritarismo imposto pela ditadura militar. Apesar dos conflitos que surgiram entre lideranças dos professores, dos estudantes com as lideranças do governo, e também as tensões existentes no interior dos movimentos, em novembro de 1983, em Belo Horizonte, conseguiu-se enfim uma proposta de reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciatura, proposta que ficou conhecida como “Documento Final de 1983” que passa a constituir a referência básica para I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo, encaminhamento das reflexões sobre a “Formação do Educador”.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia:

Aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e com cursos de Educação Profissional, na área de serviços de apoio escolar, bem como outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá, integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas de instituições de ensino geral, e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2006, p.6, apud FURLAN, 2008, p. 12).

Por fim, sabendo que o professor pedagogo também transmite e participa do processo de produção e assimilação do conhecimento científico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira enfatiza a formação do orientador em seus artigos, conforme abaixo:

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam as condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam. Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério. Art. 64. Os orientadores de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério (LDB n.º 4.024/61, 1961, p. 11).

Portanto, sabe-se que a pedagogia, desde os primórdios tem sofrido inúmeras alterações nas suas estruturas de formação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essas estruturas precisam contemplar as necessidades sociais da época vigente, isso tudo subdivididas em categorias específicas para cada área de atuação.

2.1 A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO PEDAGOGO

Falar em pedagogia e sobre a ligação direta entre ela e o pedagogo é fator determinante para o processo formação de profissionais competentes e preparados para o exercício da profissão, a qual escolheu quando adentrou na universidade. A formação acadêmica deste profissional exige qualidade por parte das instituições formadoras, visto que delas depende o sucesso destes futuros profissionais.

Como escreve Libâneo:

A Pedagogia é um campo de conhecimento teórico e de práticas que integra e sistematiza diferentes conhecimentos e processos de outros campos científicos visando dar unicidade à investigação e às ações em relação ao seu objeto, a prática educativa. Como teoria e prática, a Pedagogia formula objetivos e propõe formas organizativas e metodológicas de viabilização da educação humana. A questão central da Pedagogia é a formação humana mediante a qual os indivíduos adquirem aquelas características humanas necessárias para a vida em sociedade, considerando uma realidade sempre em mudança. Mas trata-se da formação humana de sujeitos concretos, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, sociais, culturais, vivendo num determinado contexto sócio- cultural hoje visto na relação entre o global e o local, entre o homogêneo e o diverso, entre o individual e o comunitário. É para esse mundo que a Pedagogia precisa dar sua contribuição para a formação das pessoas. Decorre daí o desafio social da Pedagogia que consiste em saber como ajudar os indivíduos a agir num mundo em mudança (LIBÂNEO, 2004, p. 02).

Ainda segundo o autor da citação acima, a sociedade moderna de hoje é “Uma sociedade eminentemente pedagógica” (LIBÂNEO, 2001, apud CORNÉLIO, 2012, p. 15), ou seja, a educação e os processos de ensino- aprendizagem estão em toda sociedade e contempla os mais variados níveis. Desta forma, é perceptível que o caráter educacional está em todos os espaços sociais, independentemente da situação econômica, social, cultural e política da população.

Pensar em educação como um fenômeno plurifacetado e se pensar em qualidade de ensino superior é rever os currículos que se apresentam hoje nestas instituições. Através de políticas de ensino sérias e eficazes, se permite formar profissionais qualificados e contemplando as demandas sociais, ou seja, o currículo proposto tem que estar vinculado às práticas de ensino. “Os estudantes de pedagogia precisam sair da zona de conforto e reivindicar mudanças no processo da formação, o que é possível por meio de diálogo aberto com as instituições formadoras” (TURCI, 2012, p. 9).

Para o enfrentamento dos desafios diários nas escolas é relevante que o professor pedagogo tenha estrutura teórica para saber lidar com sua práxis rotineira, caso contrário, corre-se o risco de se entrar em desespero por não saber lidar com essas situações e adversidades e ter dificuldade de se permanecer no mercado de trabalho.

E um dos desafios é nos colocarmos na posição de um eterno aprendiz. A formação do profissional, hoje em dia, deve ser contínua. Além de buscar atualização e especialização na área, em cursos livres e educação formal, o

educador deve ser capaz de traçar um plano de desenvolvimento pessoal em que ele próprio seja o administrador do seu processo de aprendizagem, buscando aprofundar o conhecimento desejado. Essa postura de eterno aprendiz traz reflexos de grande impacto na sua prática pedagógica, pois ampliará sua competência para lecionar e repercutirá na relação com seus alunos (LOTT, 2012, p. 10).

O pedagogo tem um ramo de trabalho muito amplo. Ele pode, por exemplo, exercer sua prática em empresas e hospitais, dentre muitos outros ambientes, difundindo-se e sendo pertinente em todos os aspectos sociais, contribuindo assim para a transformação e aprimoramento da coletividade.

De acordo com Pimenta (2005) além de fornecer a habilitação legal para o exercício da docência, espera-se que o curso realmente forme o professor:

Espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (p.17-18).

Sendo assim, a política de formação desses profissionais deve estar agregada às condições de trabalho que lhes são propostas. Com isso, faz necessário se buscar o acesso a novos saberes, troca de ideias com outros profissionais de áreas afins, ou seja, essa formação deve ter diferentes estratégias, sempre se atentando aos setores sociais destes alunos.

Segundo Xavier (p. 19):

A construção da consciência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segrega e exclui, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (p. 19)

A formação individual é um conhecimento adquirido que contribui no cotidiano auxiliando suas escolhas e posturas que corresponde à rotina do meio escolar, as características e particularidades presentes em certo modo de perceber a realidade e de interagir na sociedade e na cultura mostram a forma de conceber o mundo e de entender o fenômeno educativo.

Quando alguém decide se tornar professor deve estar preparado e consciente para assumir os desafios da carreira a qual escolheu. Este profissional pode fazer uso de diferentes metodologias e recursos pedagógicos para proporcionar a todos

os alunos a construção do conhecimento historicamente elaborado. Para isso, se parte do pressuposto que todos têm condições e capacidade para aprender, sendo necessária, muitas vezes, apenas oportunidades e adaptações curriculares, aonde a estruturação da escola venha suprir as necessidades de sua demanda, a fim de transformar o modo de pensar e agir da sociedade.

Silva (2003), de acordo com estudo realizado a respeito da inclusão escolar, tendo como base a legislação em vigor de Portugal e a cidade de São Paulo, onde foram entrevistadas professoras que se dizem aptas em suas práticas pedagógicas na formação contínua de alunos com necessidades educacionais específicas, foram relatados por elas, alguns pontos importantes que podem ajudar a entender um pouco mais sobre as condições consideradas fundamentais para a inclusão escolar:

Primeiramente saber identificar os alunos com necessidades educacionais específicas; Conhecer metodologias que vão auxiliar no ensino destes alunos; Aprofundar conhecimentos sobre a relação da escola com a família; Aprofundar conhecimento sobre o desenvolvimento escolar da criança e do adolescente; Aprofundar conhecimentos sobre planificação; Aprofundar conhecimentos sobre avaliação; Conhecer métodos especiais de leitura e escrita; Conhecer técnicas de expressão e linguagem, ligadas ao trabalho com alunos com necessidades educacionais; Saber adaptar atividades ao ritmo e as dificuldades dos alunos. (p. 57).

A falta de experiência dos novos profissionais e o desafio do novo para os que já trabalham é outro fator que se deve ter em mente ao se refletir sobre a educação inclusiva. Tudo o que é novo ou que sai da rotina de trabalho dos profissionais é sempre desafiador. Sendo assim, pode-se dizer que se faz necessário um comprometimento ainda maior por parte dos docentes, os quais são responsáveis pela eficácia destas ações junto à escola e ao aluno especial. Para tal, formação continuada é fundamental no processo de construção de novos saberes e enfrentamentos desta realidade.

Souza (2012) aponta a necessidade da formação bilíngue do professor, ou seja, conhecer a língua de sinais, além da língua portuguesa, para que possa utilizar estratégias que auxiliem no processo de ensino do aluno surdo:

Importante saber que os professores bilíngues se relacionem com professores surdos para poderem trabalhar juntos, uma ajudando a outra a desenvolver opiniões a respeito da escrita. Mais importante ainda é a

reflexão do professor bilíngue na hora ensinar ao aluno surdo, assim como no ato de sinalizar: de sinal em sinal, pois a função da professora bilíngue é usar, dominar a língua de sinais para ensinar a criança surda, de modo fluente, e ao mesmo tempo, soletrar a palavra como um dos recursos para ensinar a L2 (Língua Portuguesa) que ajuda muito na parte da escrita e as crianças surdas acabarão conhecendo a outra língua distinta e de vivência com o mundo. (p. 107).

Fernandes (2002) sugere que sejam utilizados critérios diferenciados na avaliação dos alunos surdos em sala de aula, considerando questões específicas da linguagem escrita da língua portuguesa, levando em conta que esta é, para o surdo, sua segunda língua.

Desta forma, para que a inclusão do portador de necessidades educacionais especiais aconteça se faz necessário romper métodos, técnicas e pensamentos arcaicos e seguir sempre avançando com objetivo de proporcionar conhecimento a todos. Com relação ao professor, formação continuada que os oriente para saber lidar com estes alunos é primordial para consiga passar os conteúdos de forma com que todos aprendam.

A teoria e prática devem estar ligadas no sentido de favorecer o compartilhamento e a troca de ideias e sentimentos, onde cada docente se prepare para educar na diversidade, superando inseguranças e medos nas bases teóricas e acompanhando individualmente cada aluno, possibilitando encontrar estratégias de intervenção, para que assim seja possível, com a ajuda de todos os envolvidos nesse processo, a construção do saber.

Cabe também ressaltar que as ações pedagógicas não estão limitadas apenas à docência, ou seja, as ações educacionais vão muito além da sala de aula e da escola, ou seja, as a práxis da pedagogia permeia a sociedade de modo geral. Por isso, é que o pedagogo tem relevância para toda a coletividade e não somente nas instituições educacionais.

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade. (LIBÂNEO, 2001, p. 5, apud CORNÉLIO, 2012, p. 15).

Nesta perspectiva, os processos de ensino-aprendizagem precisam ser visto com muita responsabilidade por parte do pedagogo. Os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem devem ser pauta das reuniões entre professores e

pedagogos, para que juntos consigam encontrar soluções para estes desafios. O trabalho deve ser predominantemente focado em questões educacionais e pedagógicas presentes no cotidiano escolar.

O profissional que atua na pedagogia dentro das escolas tem fundamental relevância dentro do processo educacional, pois se conecta com todos os setores e áreas e contribui positiva e significativamente no resultado de tais técnicas. Sendo assim, é errôneo pensar no papel do pedagogo como o de fiscalizador, ou seja, aquele indivíduo que fica responsável para verificar o que pode ou não fazer dentro das escolas e das salas de aula. “O pedagogo é aquele que domina a sistemática das formas de organização do processo cultural da escola” (SAVIANI, 1985, apud RODRIGUES, 2009).

Ainda hoje têm aquelas pessoas que acham que o professor pedagogo só é útil quando surgem nas escolas emergências, ou quando se faz necessário amenizar eventuais discussões ou para apaziguar os ânimos entre docentes, discentes e comunidade escolar. O papel do pedagogo é tudo isso e muito mais. É o indivíduo responsável por criar condições concretas de comunicação, de linguagem, afetivas e comportamentos, no propósito de que se efetivem os processos cognitivos em cada instituição educativa.

Saviani aborda esse aspecto discorrendo que a educação tem sido desafiadora no sentido de que se enfrentam muitos entraves na sistematização de e construção dos conhecimentos historicamente elaborados.

As implicações que devem permear a prática do pedagogo nas instituições escolares é o que contém e o que diz nos Projetos Políticos Pedagógicos delas, onde devem atingir a realidade da escola. Para que isso ocorra, o papel do pedagogo é de suma importância, haja vista que é ele que possibilitará que tais ações sejam efetivadas com sucesso.

2.2 AS MÚLTIPLAS ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO ESCOLAR

A práxis educativa do profissional da pedagogia é pauta de muitas discussões nos dias atuais entre os educadores. É uma profissão que requer conhecimento historicamente elaborado e características singulares para se atuar com precisão no meio em que está inserido.

Imagine uma escola onde não houvesse uma organização da práxis educativa. Todos seriam livres organizar seu plano de ensino da maneira que julgasse correta. Logo, como resultado, haveria o declínio da qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, para suprir essa necessidade de organização, surgiu a procura por um profissional que conseguisse resolver a diferença entre o esperado e a realidade das instituições educacionais. Nesse contexto surge a figura do Professor Pedagogo.

Há muito debate sobre o papel que o pedagogo deve exercer nas instituições de ensino. Espera-se que esses profissionais consigam diariamente cumprir as inúmeras tarefas a eles atribuídas. Porém, a função específica desses profissionais tem como uma das bases, a promoção da aprendizagem.

Outro aspecto muito relevante é que não se pode ser ingênuo a ponto de pensar que o pedagogo atua somente na educação infantil, como muitas vezes é taxado pela sociedade. Neste sentido,

Daí a importância individual e coletiva deste estudo, tanto para construção de um discurso próprio com base teórica sobre as múltiplas possibilidades de atuação como futura pedagoga, que vez por outra é ocupado por outros profissionais em função do desconhecimento acerca do espaço que este pode ocupar, como também para disseminar o conhecimento em meio à sociedade sobre a polivalência que compõe a formação deste profissional, contribuindo assim para a valorização do mesmo (ALMEIDA, 2010, p. 131).

Os papéis do pedagogo nas instituições educativas são de suma importância para o andamento de toda a escola. Ele é o elemento que liga a intencionalidade da escola com a necessidade de sua demanda. Sendo assim, não se pode pensar em qualidade e efetivação dos conhecimentos sistematizados sem o trabalho de tal profissional. E somado a prática de todos os agentes educativos é que se pode avançar, pelo menos em parte, na qualidade do ensino.

É mister ressaltar que as mudanças que se processam no âmbito educacional é que delimitam e ampliam o campo de atuação do pedagogo, considerando este como cientista da educação. O novo perfil profissional do pedagogo é movido por mudanças contínuas, que se revelam como desafios que exigem deste profissional uma formação crítica e reflexiva, além da persistência para superar os paradigmas sociais existentes e os que estão por vir, a fim de conquistar os espaços que lhe são de direito. Face ao leque de possibilidades do pedagogo na esfera de sua atuação, é notória a importância da presença desse profissional nos mais variados espaços, pois, onde houver aprendizagem, educação, o pedagogo pode contribuir. As funções descritas pelos verbos orientar, construir, liderar, auxiliar, programar, planejar, acompanhar, desenvolver, pesquisar, analisar,

cooperar, destacam a magnitude desta profissão que, vez por outra, é limitada pela falta de reconhecimento da sua função social e educativa (ALMEIDA, 2010, p. 137).

O pedagogo trabalha diretamente com os professores, bem como com a comunidade escolar no intuito de mediar, criticar, organizar e integrar o trabalho pedagógico com vistas ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, exerce a função de assistencialista aos alunos, famílias, professores... Porém, sabe-se que hoje o pedagogo exerce multifunções dentro das instituições educativas. Ele é responsável por inúmeras outras funções, as quais deveriam ser desempenhadas por outros profissionais ou outros serviços educativos e familiares.

Sobre a secundarização do papel do pedagogo, pode-se citar Saviani (1985, p. 28, apud CARVALHO, 2009, p.06)

Na verdade, tal desvio é hoje regra em nossas escolas: exaltação aos movimentos de 64 à curiosidade pelo índio, da veneração às mães às festas juninas, das homenagens aos soldados ao cultivo do folclore e as loas a criança, encontra-se tempo pra tudo na escola, mas muito pouco tempo é destinado ao processo transmissão-assimilação de conhecimentos elaborados cientificamente. Cumpre reverter essas situações. Vocês, pedagogos, têm uma responsabilidade grande nesse esforço de reversão. Enquanto especialistas em pedagogia escolar cabe-lhes a tarefa de trabalhar os conteúdos de base científica, organizando-os nas formas e nos métodos mais propícios a sua efetiva assimilação por parte dos alunos.

O pedagogo precisa desenvolver, juntamente com a equipe e comunidade escolar, uma pedagogia pertinente a sua realidade, considerando todos os aspectos socioeconômicos, culturais, intelectuais e outros fatores que possam interferir nos resultados da aprendizagem dos discentes. Desta forma, essa equipe consegue agir efetivamente em um processo educacional intencional, onde se torna possível atingir objetivos, levando conhecimentos capazes de satisfazer a necessidade dos aprendizes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia redimensionam a função docente ao entendê-la na sua pluralidade, não restringindo apenas ao espaço escolar, ao processo ensino-aprendizagem, mas compreendendo-a como valiosa experiência que perpassa valores, princípios e contextos político, econômico, social e cultural. Nesse sentido, constrói-se a identidade do novo profissional da pedagogia. As Diretrizes se coadunam, assim, aos novos paradigmas sociais, mostrando que a pedagogia não está restrita apenas ao exercício da docência em sala de aula, e sim à formação de profissionais críticos e reflexivos acerca da sua função social, sendo capaz de criar e recriar, construir e reconstruir conceitos práticos que atendam as necessidades de uma sociedade que se encontra em pleno estágio de metamorfose e evolução (ALMEIDA, 2010, p. 133).

Sabe-se que o pedagogo da escola deve ter seu trabalho direcionado a formação humana integral do indivíduo. Valendo-se disso é que cada instituição educativa necessita da presença de tal profissional ativo no processo educativo, onde ele possa atuar como articulador da prática de ensino de cada educador, além de intervir na organização pedagógica da instituição como um todo. O profissional da pedagogia é aquele que age diante da realidade a que pertence, ou seja, em nenhum momento fica indiferente aos fatos que estão acontecendo ao seu redor, sempre está intervindo e agindo diante da realidade.

Sobre o papel do pedagogo Evangelista (2005, p. 9, apud SILVA, 2008, p. 7) afirma:

De meu ponto de vista, a proposta de formação do gestor e a secundarização da formação do intelectual da educação atende perfeitamente aos desideratos dessas agências [internacionais] e demonstra nosso pouco conhecimento tanto de suas formas de funcionamento, quanto dos tópicos que insere na agenda educacional brasileira. De outro lado, essa escolha pode revelar – ainda que esteja inconsciente nas propostas – que o Estado e o capital são, de fato, os sujeitos históricos determinantes de nosso trabalho educativo.

Conclui-se assim que o pedagogo é peça fundamental nos processos educacionais dentro das instituições escolares. É o pedagogo o responsável por inúmeros processos que fazem a diferença no ensino-aprendizagem dos alunos. São ações relevantes, por muitos não observadas, mas que se deixadas de fazer, interferem na qualidade das ações docentes. Por isso, essa profissão requer sistematização teórica, envolvimento e comprometimento tanto nos aspectos teóricos, quanto práticos. Em suma, as instituições educativas teriam muito a perder caso o pedagogo não estivesse atuando.

3. O PEDAGOGO E O ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

A pouco mais de uma década discutem-se formas de inclusão das pessoas com deficiência. É sabido que os fundamentos teóricos metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos.

A primeira dúvida que surge, é se realmente há uma preparação adequada para o desempenho de papéis político-pedagógicos como pedagogos de qualquer aluno.

No entendimento de Romanowski (2007), a função do pedagogo é mobilizar e definir o trabalho pedagógico para caminhar no sentido de efetivar uma educação de qualidade que valorize todos os alunos, independentemente de suas características. Dessa forma, o trabalho realizado, é o de propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e construir juntamente com a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdos, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se por articular todos esses elementos.

No Brasil, a questão do preparo de professores emerge a independência, quando se cogitada organização da instrução popular. Seguindo a tendência que se desenvolvia em âmbito mundial, as províncias brasileiras também começaram a lançar mão do recurso às escolas normais para o preparo de seus professores.

No século XIX com a consolidação dos Estados Nacionais e a implantação do sistema público de ensino, multiplicaram-se as escolas normais, com isso, estas seriam por muito tempo insuficiente numericamente, pela incapacidade de atrair candidatos. A Lei de 15/10/1827, que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do império”, também estabelece exames de seleção para mestres e mestras (TANURI, 2000).

Durante muito tempo a formação de professores centrou-se no aperfeiçoamento de conhecimentos baseado em uma perspectiva técnica e racional. Este enfoque pretendia formar profissionais com saberes uniformes que pudessem exercer um ensino nivelador sem risco de ruptura com a ideologia dominante.

A partir do início do século XX, essa concepção de modernidade deixa mais evidente suas contribuições nos rumos da educação brasileira, apontando implicações na forma de entender e estabelecer a educação especial no Brasil. Suas contribuições podem ser sentidas em vários aspectos (KASSAR, 2000).

Mazzota (1996) divide a história da educação especial em três grandes períodos, de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional, e, a partir de 1993 caracterizada pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

No que tange a este assunto, Kassar entende que:

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao discurso que dá sustentação a organização desses serviços. A incorporação dos conhecimentos das ciências naturais pelas ciências humanas deixa marcas também nas explicações sobre a deficiência mental e na concepção de atendimento a essa população. Tanto a organização das instituições privadas especializadas no atendimento à educação especial como a formação das primeiras classes especiais públicas vão surgir pautadas na necessidade científica da separação dos alunos "normais" e "anormais", na pretensão de organização de salas de aula homogêneas (KASSAR, 2000, p.42).

Rever os cursos de formação e constatar as inúmeras lacunas existentes tem sido um fato comum que, infelizmente, mais tem imobilizado e engessado a todos num discurso de incompetência, não surgindo nada que estimule a dar-se um novo significado as ações e aprimorar a qualidade do trabalho dos pedagogos.

Entretanto, para reformular o sistema educativo, é preciso uma conscientização no modo de atuar dos todos, professores e pedagogos, diante à diferença, e amplo conhecimento para que se possa facilitar a aprendizagem de alunos com deficiência que necessitam de recursos educativos diferenciados, para que a escola se torne inclusiva.

Reconhecer que a formação dos professores poderia ter sido mais rica e que há uma real necessidade de atualizar-se, já é início de um processo que tira o educador do imobilismo e da acomodação e que, por inquietá-los, gera movimentos de busca e de renovação.

De acordo com o entendimento de Carvalho, a formação continuada pode ser entendida como:

Convém trazer para discussão que, para mim, o significado da formação continuada não coloca como sinônimo de cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que cursos são necessários, mas a experiência mostra que são insuficientes se não houver nas escolas, como rotina, encontros de estudos e de discussão do fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar (2001, p.40).

A formação continuada é uma das estratégias que permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas práticas alicerçadas em novas leituras de mundo e, principalmente, da infinita riqueza das potencialidades.

É importante salientar que nos cursos de pedagogia, devem ser incluídos conteúdos relacionados a todos os tipos de deficiência, para eliminar a resistência e a insegurança dos mesmos ao trabalhar com crianças especiais. Nesse sentido, a escola poderá assumir uma educação inclusiva, e não exclusiva, como está

acontecendo no momento, a qual está despreparada para atender as diferenças individuais dos alunos com necessidades especiais. (CARVALHO, 2001).

Pois, conforme cita Libâneo (2007), ser pedagogo não é só ser docente, implica uma ação-reflexão a partir e sobre as práticas educativas. É ser pesquisador, analista e ator no processo educacional formal. O autor conceitua a pedagogia e o trabalho deste profissional em várias dimensões, práticas, técnicas, administrativas, e descreve o ato docente em suas funções mais amplas.

Aí a importância de uma boa formação, uma preparação maior e de forma correta para se lidar com a diversidade, para coordenados projetos pedagógicos que serão colocados em prática pelos professores com os alunos portadores de necessidades especiais.

O papel do pedagogo é importantíssimo, visto que este coordena todo o trabalho pedagógico da escola, sendo que, sua formação também deve ser voltada a alunos portadores de deficiências, pois o mesmo deve desenvolver práticas pedagógicas que facilitem a acessibilidade destes alunos.

Na busca da melhoria do trabalho pedagógico, é pertinente que o pedagogo considere a inclusão como uma ação consciente da escola, desenvolvida a partir de práticas que vão além da obrigatoriedade, que conduz à inclusão a qualquer custo, sem alterações estruturais e pedagógicas que avancem para uma proposta efetivamente inclusiva (KAILER, 2014, p.6).

As diferenças apresentadas pelos alunos precisam ser levadas em conta no momento de planejar e agir. Da mesma forma que cabe ao professor disponibilizar diversas atividades, cabe ao pedagogo orientá-lo sobre as práticas inclusivas, e, considerando-se sua função articuladora, esse processo terá melhores resultados se for colaborativo (MANTOAN, 1997).

Ou seja, a função do pedagogo é fundamental, pois é através de sua orientação, da sua prática pedagógica de diversidade, da inclusão, é que os professores desenvolverão suas práticas em sala de aula.

3.1 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA, DO PEDAGOGO E DO PROFESSOR JUNTO AO ALUNO INCLUSO

A inclusão é um tema bastante debatido e também alvo de grande preocupação por parte dos professores, pedagogos e toda a comunidade escolar, o que coloca como grande dificuldade é a falta de preparação dos professores para atender estes alunos.

“É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos” (MARCHESI, 2004, p. 44).

É uma preparação que deve ser exigida de todos os profissionais, para que estes saibam como agir em cada situação, tenham propriedade no que executarem e saibam exatamente quais os melhores métodos a serem utilizados em cada situação.

Para que haja uma mudança significativa com relação aos alunos portadores de necessidades especiais é preciso também professores e pedagogos com uma nova visão. Nesse sentido, Martins afirma: “O educador ético é reflexivo, analisa os porquês da sua ação, por isso sabe o que faz, para que faz, por que o faz, para o que faz e analisa, seleciona e escolhe os meios de concretizar o seu fazer.” (MARTINS, 2006, p.45).

Outro fator importante é a visão da escola neste processo, ou seja, a escola precisa facilitar a inclusão dos alunos agindo de maneira que auxilie no processo de aprendizagem.

Segundo Paro as escolas necessitam:

- Ter atitudes de aceitação e valorização da diversidade por parte da comunidade educacional;
- Possuir um projeto educacional institucional que contemple a atenção à diversidade;
- Evidenciar presença de liderança e comprometimento, por parte da direção da escola, com a aprendizagem e a participação de todos os alunos e alunas;
- Realizar trabalho conjunto e coordenado do corpo docente, permitindo a unificação de critérios, a adoção de um contexto conceitual compartilhado e a colaboração em torno de objetivos.
- Apresentar adequação no nível de formação dos docentes, em termos de necessidades educacionais especiais e estratégias de atendimento à diversidade;
- Desenvolver um currículo o mais amplo, equilibrado e diversificado possível e passível de ser adequado às necessidades individuais e sócio-culturais dos alunos;
- Estabelecer critérios e procedimentos flexíveis de avaliação e promoção;
- Desenvolverem uma cultura de apoio e colaboração entre pais, professores e alunos.

Disponibilizar serviços permanentes de apoio e assessoramento, voltados para docentes, alunos e pais;
Ter abertura e relação de colaboração com outros setores da comunidade (20001, p.35).

Ou seja, a escola deve oferecer uma educação que assegure participação e aprendizagem de qualidade para todos os alunos, possibilitando a participação e integração entre professores e alunos, sendo de suma importância que o processo de melhoria da escola se traduza em mudanças concretas na maneira de conduzir o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula (WERNECK, 1998).

É um conjunto, uma escola organizada e receptiva, um pedagogo que saiba oferecer o suporte necessário e professores capacitados, que possam exercer seu papel com propriedade.

3.2 RELACIONAMENTO ENTRE PEDAGOGO E ALUNO ESPECIAL

É sabido e notório que o aluno absorve mais o conteúdo quando gosta da professora e sente que também é querido pela mesma, neste mesmo sentido é com o pedagogo escolar.

A função do pedagogo é mediar e elaborar estratégias que possibilitem a inclusão do aluno especial, orientando toda a comunidade escolar a respeito da importância da inclusão bem como as relações de afetividade podem auxiliar no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, Almeida e Mahoney (2004) consideram o afeto como agente presente e ativo no processo de aprendizagem, uma vez que há, na escola, a relação pessoa-pessoa tão importante para o desenvolvimento do ser.

Para o aluno especial, esta relação de afeto é ainda mais importante, vez que em muitos casos o primeiro contato do aluno será com o pedagogo, pois é função do mesmo identificar as necessidades dos alunos, elaborando testes e realizando relatórios, bem como realizar o acompanhamento do aluno especial perante outros profissionais.

No entendimento de Antunes (2003), a afetividade é uma construção cultural. Assim, a afetividade não é expressa apenas através do toque ou contato corporal; gestos e atitudes também fazem parte do processo e são muito importantes. É

necessário que o educador aja de tal forma a atingir positivamente o aluno, de modo que este também se torne sensível.

Diante deste fato, conclui-se que a afetividade influencia inclusive na aprendizagem da criança, pois é através da confiança que o aluno possui nos educadores que o aluno se motiva a aprender.

Em um estudo a respeito da relação aluno e pedagogo Savani, constatou que:

A imagem do pedagogo escolar apresentada pelos alunos revelou que o seu papel não tem uma finalidade específica. Os estudantes mantêm uma distância do pedagogo por considerar a sua atividade supervisora, fiscalizadora de comportamento e atitude, assim como, controladora de normas e questões legais (2009, p.13).

Ou seja, o pedagogo sempre foi visto como fiscalizador e não mediador, porém para o aluno especial é necessário que este paradigma seja quebrado, tendo em vista a sua função é de ouvir e avaliar tais alunos, auxiliando no processo de acompanhamento e aprendizagem.

CONCLUSÃO

A inclusão da pessoa com deficiência tem melhorado gradativamente, se comparado com alguns anos atrás, porém é sabido que ainda há muito para ser feito e mudado.

É fundamental, pois, a compreensão de que a inclusão e integração de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem, pois da ação de cada um e de todos nós.

Para o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino, para que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

Os objetivos foram alcançados quanto ao obter maior conhecimento dos aspectos importantes da inclusão escolar e a importância do pedagogo e toda a comunidade escolar no processo de inclusão de pessoas com deficiência. É possível ainda evidenciar a percepção de que existe por parte dos profissionais da educação,

principalmente do pedagogo, uma necessidade muito grande de uma melhor formação em cursos de especialização em educação especial e formação continuada na área.

Foi possível concluir que o pedagogo tem um papel fundamental na inclusão de alunos com deficiência, pois em muitos casos este é o que detém o primeiro contato com o aluno e posteriormente é o responsável por articular e acompanhar o processo de aprendizagem do mesmo.

Ou seja, a função do pedagogo é fundamental, pois é através de sua orientação, da sua prática pedagógica de diversidade, da inclusão, é que os professores desenvolverão suas práticas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; MAHONEY, Abigail Alvarenga. Henri Wallon: Psicologia e Educação. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

ALMEIDA, M. S. **O pedagogo e sua práxis: Desafios e possibilidades na sociedade contemporânea.** Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais (ISSN 1980-1784) - v. 11 - n.11 - 2010. Disponível em: <http://www.unit.br/Publica/2010-1/HS_O_PEDAGOGO_E.pdf>. Acesso em: 21/06/2016.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. Inclusão: uma revolução na saúde. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Resolução nº2/2001 – CNE/CEB, Parecer nº 17/201 – CNE/CEB. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores.** Campinas: Papyrus, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem:** Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2001.

CARVALHO, F. S.; AZEVEDO P. G.; CUNHA, T. C. O.; PUGLIA, V. M. S. **Pedagogia social:** relato de uma experiência vivenciada no projeto significarte, tecendo significados por meio da arte. 2009. Disponível em <<http://www.perspectivasonline.com.br>>. Acesso em: 12/05/2016.

CORNÉLIO, A. S. **Qual pedagogo queremos?** 2012. In: Educação, docência e gestão: a pedagogia em debate (Semana da Pedagogia). Disponível em:

<http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20120521205153.pdf?PHPSESSID=51a5bd9abaf23fc5e61ae64c254caacd>. Acesso em: 23/06/2016.

EVANGELISTA, Olinda. **Curso de Pedagogia: Propostas em Disputa**. 2005. Disponível em <<http://www.ced.ufsc.br/nova/Textos/OlindaEvangelista.htm>>. Acesso em: 26/06/2016.

FREDEGOTTO, E. M. F. **Recursos Pedagógicos na Aprendizagem**: subsídios e orientações. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1999.

FURLAN, C. M. A. **História do Curso de Pedagogia no Brasil: 1939- 2005**. 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/164_885.pdf>. Acesso em: 10/07/2016.

GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J-R.; FIGUEIREDO, R. V. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

KAILER, Priscila Gabriele da Luz. **O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Marcas da história social no discurso de um sujeito**: uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência. Cad. CEDES, abr. 2000.

LIBÂNEO. José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2007.

LOTT, F. M. N. **Como ser pedagogo no século XXI: sua importância em nossas vidas**. 2012. In: Educação, docência e gestão: a pedagogia em debate (Semana da Pedagogia). Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20120521205153.pdf?PHPSESSID=51a5bd9abaf23fc5e61ae64c254caacd>. Acesso em: 23/07/2016.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MATTOS, E. M. A. **A Importância da Pesquisa Escolar para a Construção do Conhecimento do Aluno no Ensino Fundamental**. Barracão- Pr. 2009. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2525-6.pdf>>. Acesso em: 21/07/2016.

MAZZOTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PUPO FILHO, R. A. Interagindo com a Criança Especial. In: SOUZA, A. M. C. **A Criança Especial: temas médicos, educativos e sociais**. São Paulo: Roca, 2003

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente**. Curitiba: IBPEX, 2007.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

RODRIGUES, M. I. **O Trabalho do Pedagogo**. 2009. Disponível em: <<http://www.zenieduca.blogspot.com.br/2009/01/pedagogo.html>>. Acesso em: 12/7/2016.

SILVA, Otto Marques. **Epopéia Ignorada- A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje**. Editora CEDAS - Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, São Paulo, SP, 1987.

SILVA, F. S. F. **A Identidade Do Pedagogo e as Novas Diretrizes Curriculares de Pedagogia**. 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/167_519pdf>. Acesso em: 05/06/2016.

TANURI, Leonor M. **Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil**. Pesquisa e Planejamento. São Paulo, 2000.

TURCI, F. M.N. **Ser pedagogo diante dos desafios da educação contemporânea**. 2012. In: Educação, docência e gestão: a pedagogia em debate (Semana da Pedagogia). Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20120521205153.pdf?PHPSESSID=51a5bd9abaf23fc5e61ae64c254caacd>. Acesso em: 27/06/2016.